SÉRIE 4 - N.º 164 | JAN./MAR - 2021 TRIMENSÁRIO - € 0,20 | PROPRIEDADE DA **UNIÃO DE RESISTENTES ANTIFASCISTAS PORTUGUESES** | WWW.**URAP**.PT | geral@urap.pt

URAP



A FORÇA DE UMA OPÇÃO



No dia 2 de Abril perfazem-se 45 anos sobre a data da aprovação da Constituição da República. Reflexo da liberdade alcançada com a Revolução de Abril, ela simbolizou a transformação revolucionária e a viragem histórica da sociedade portuguesa rumo a um país mais justo e mais fraterno.

De longo e intenso compromisso democrático entre as forças políticas e sociais representadas na Assembleia Constituinte resultou o consenso que lhe tem possibilitado resistir à paragem do tempo e às tentativas de subversão e de supressão de que tem sido alvo recorrente ao longo deste quase meio século.

O derrube do regime fascista e o fim do Império tiveram custos que continuam a dar sinal no nosso quotidiano: aqueles que com reserva mental votaram o texto constitucional nas suas mudanças mais emblemáticas e nas soluções mais arrojadas bem sabem que esta Constituição não pode ser enfrentada, nem liquidada, por acção frontal, directa: daí que recorram à via travessa da sua fragilização, à omissão do seu cumprimento integral, à fraude da sua neutralização por desaplicação.

É a essa neutralização que devemos estar atentos porque, apesar dos golpes que já sofreu, nas revisões que lhe foram infligidas, a Constituição de Abril, na força e na actualidade que mantém, continua a dar resposta aos sinais de esperança e de confiança que nela depositamos.

Questão é tão-só a do seu integral cumprimento, pelo qual devemos continuar a bater-nos, na sua defesa como baluarte do Estado de direito democrático e do Estado social que propõe.

Levy Batista

MUSEU SALAZAR - págs. 6 e 7
As brechas e incongruências de um projecto antidemocrático

A GUERRA COLONIAL COMEÇOU HÁ 60 ANOS - pág. 8

OBRAS DE ÁLVARO CUNHAL EM INGLÊS - págs. 10 e 11

UNIVERSIDADE DO MINHO CONVIDA URAP
PARA FALAR SOBRE PRISÕES POLÍTICAS

A URAP foi convidada para proferir dois debates, por videoconferência, na Universidade do Minho, o primeiro pelo professor catedrático e orientador de mestrado na área da Criminalidade, Fernando Conde Monteiro, e o segundo por representantes da lista B, candidata ao Conselho Geral da universidade.



Em nome da URAP falou Maria José Ribeiro, da direcção, ex-presa-politica e responsável pelo núcleo do Porto.

No dia 8 de Janeiro, a aula destinava-se a mestrandos, essencialmente jovens licenciados em Direito, enquanto em 14 de Março, o debate abrangeu todos os estudantes da universidade presentes e incidiu no tema "Ensino Superior e Democracia", no âmbito das "Conversas/Debates", inseridas nas acções de campanha da lista.



Maria José Ribeiro esteve na Universidade do Minho

Maria José Ribeiro abordou temas como a natureza do regime fascista, a opressão, as lutas, entre as quais as dos estudantes nas Crises Académicas de 62 e 69, o clima prisional, a violência física e psicológica dos interrogatórios, os Tribunais Plenários, as pesadas penas infligidas, as medidas de segurança, o Tarrafal, a revolução de Abril e a Constituição da Republica.



Concentração junto à sede da PIDE no Porto, 26 de Abril de 1974

URAP NA ESCOLA D. DINIZ, EM LISBOA,
PARA FALAR DE POLÍTICA NACIONAL E INTERNACIONAL

Alunos e professores de três turmas de História do 12.º ano da Escola Secundária D. Diniz, em Lisboa, convidaram a URAP para um encontro, dia 8 de Janeiro, no qual foram abordados assuntos de política nacional e internacional.

José Pedro Soares, da direcção da URAP e ex-preso político, falou de assuntos actuais como a pandemia, a campanha para as eleições presidenciais, o racismo e a necessidade de melhor se conhecer e combater a xenofobia e o ressurgimento de ideias e práticas fascistas.

Abordou ainda o período da ditadura, relatando as fugas das cadeias de Peniche e de Caxias, ocorridas no início da década de 70, as lutas travadas durante o salazarismo, os movimentos dos jovens estudantes e trabalhadores e o significado da revolução do 25 de Abril de 1974. O Portugal desse tempo, o derrube do fascismo pelo Movimento das Forças Armadas e o movimento popular, bem como o que foi em seguida alcançado, foram igualmente temas de conversa.

Da actualidade internacional destacou-se as eleições nos Estados Unidos.





Na escola D. Diniz, em Lisboa, José Pedro Soares recebeu simbolicamente um cravo feito por uma aluna

URAP
Propriedade e edição da
UNIÃO DE RESISTENTES ANTIFASCISTAS PORTUGUESES
Membro da Federação Internacional de Resistentes

DIRECTORA **ANA PATO**
PAGINAÇÃO E GRAFISMO **SÓNIA SEMIÃO**
REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
AV. JOÃO PAULO II, LOTE 540-2D, LJ 2
1950-157 LISBOA • TELEFONE 213 576 083
DEPOSITO LEGAL: 357338/18

POVO DE PENICHE: SOLIDÁRIO E RESISTENTE

A cidade de Peniche foi durante longo tempo conhecida pelos piores motivos: entre 1934 e 1974, funcionou uma das mais sinistras prisões políticas na Fortaleza, onde estiveram detidos muitos portugueses, cujo crime foi terem lutado por um Portugal livre e democrático.

Durante esses anos, o povo de Peniche, para além de ter apoiado os presos nas fugas da fortaleza em 1938, 1954 e 1960, teve muitas outras manifestações de solidariedade para com os presos políticos e suas famílias.

São inúmeros esses exemplos, quer, nomeadamente, através da concessão de alojamento aos que iam visitar os familiares, quer no apoio prestado pelos comerciantes e restaurantes da cidade, ou nos convívios realizados.

A PIDE/DGS vigiava e controlava tudo o que se passava à volta da Fortaleza. Registava os nomes dos familiares ou de outras pessoas que visitavam os presos e as matrículas dos carros em que se deslocavam. Controlava os locais onde os familiares comiam e dormiam e as pessoas de Peniche com quem conversavam, chegando a realizar buscas a essas casas e a submeter os seus proprietários a interrogatórios.

Mas Peniche foi muito mais do que um povo solidário e acolhedor. O povo de Peniche teve sempre fortes sentimentos antifascistas. Foi importante a contribuição dos seus trabalhadores e da população para a conquista da liberdade e da democracia.



Recriação da fuga de 3 de Janeiro de 1960



A vigilância policial era muito apertada

NA PRIMEIRA LINHA

Pescadores, conserveiras, calafates e a população em geral travaram importantes lutas. As greves e as concentrações de pescadores frente à Capitania, as comemorações do 1.º de Maio, a Revolta Popular de 1935, são alguns exemplos dessas batalhas.

Em todas as frentes da luta contra o fascismo, encontramos sempre naturais de Peniche: nos sindicatos e na constituição da Intersindical; entre os dirigentes associativos; na organização do 3º Congresso da Oposição Democrática e na Comissão Nacional; nas eleições de 1973, com um candidato na lista da CDE de Leiria.

Nas campanhas eleitorais para a Presidência da República de Norton de Matos, em 1949, e de Humberto Delgado, em 1958, e nas eleições de 1969 e de 1973 para a Assembleia Nacional, houve em Peniche intensa actividade da oposição democrática.

A par desta acção militante, houve sempre grande actividade cultural que contribuiu para uma elevação intelectual dos participantes e para a sua consciência social e política.

Desempenhou um importante papel a Associação da Juventude de Peniche, o CICARP (Círculo de Iniciação Cinematográfica da Associação Recreativa de Peniche) e a Cooperativa Húmus.

Igualmente, o suplemento do jornal *A Voz do Mar* - que tinha como título *Novos Horizontes* e como subtítulo Por *Uma Nova Peniche* - contribuiu para uma abordagem inovadora da realidade de Peniche e apontou outros caminhos para o seu desenvolvimento. Este suplemento foi proibido, assim como as actividades desenvolvidas pelo CICARP e pela Húmus.

Os resistentes antifascistas de Peniche, durante todo o período de ditadura fascista, lutaram pela liberdade, pela democracia, contra a guerra colonial, pela paz e por melhores condições de vida. Por isso foram vigiados, presos, torturados e um, Francisco Sousa, foi mesmo assassinado.

Uns lutaram na sua terra, e outros lutaram fora dela. Muitos passaram pelo Forte de Peniche, mas também pelas prisões do Aljube, Caxias, Angra do Heroísmo e Campo de Concentração do Tarrafal.

(baseado num texto de João Manuel Neves publicado em www.urap.pt)





Peniche, terra de trabalho e luta pela democracia

O CASTELO E O CASTELINHO

Este poderia ser o título de um livro de histórias para crianças. Poder-se-ia até contar, com todo o rigor, que os que lá davam entrada eram os mais valentes, generosos, justos e dignos homens do reino. Mas não é uma história de crianças, ainda que quem hoje seja criança deva mais tarde lê-la, para não ignorar a História e saberem o que foi o fascismo em Portugal.

Esta é uma parte, uma pequeníssima parte desse período negro que durou 48 anos!

Os mais velhos, mesmo os que não participaram pelas razões mais diversas na luta contra o fascismo, ouviram com toda a certeza falar das prisões do Aljube, de Peniche ou de Caxias, e até do Tarrafal, como prisões para presos políticos, ou seja, para tudo o que «cheirasse» a comunismo (fossem comunistas - como a maioria era - ou não), para todos os que discordassem do regime em vigor.

Poucos conhecem, porém, as prisões de Angra do Heroísmo: o Castelo e o Castelinho, usadas enquanto o Campo de Concentração do Tarrafal (na ilha de Santiago, Cabo Verde), o célebre «campo da morte lenta», não fosse terminado.

Nos Açores, a Fortaleza de S. João Baptista, o «Castelo», foi a primeira a ser usada para novo «lar» dos presos políticos. Mais tarde foi o Forte de S. Sebastião, o «castelinho», também em Angra do Heroísmo, Ilha Terceira, a recebê-los (ver Avante! de 27 Setembro, 2018).

Foi, pois, para estes «castelos» que na década de 30 do século passado, foram enviados inúmeros presos políticos, nomeadamente em 1934, os 152 homens que haviam participado na Revolta dos Marinheiros. As cavalariças, desactivadas por já não terem condições para lá ter os cavalos, foram transformadas em camaratas, pelos vistos adequadas para os novos habitantes. Em Junho de 1935, foi a vez de lá chegar nova leva de prisioneiros, entre os quais Sérgio Vilarigues.



Fortaleza de São João Batista, o «Castelo»

Concluído entretanto o Campo do Tarrafal, finalmente para lá foram transferidos estes e muitos outros presos, entre os quais Bento Gonçalves, secretário-geral do PCP.

Assim, todos os que já haviam conhecido os prazeres, prémios e benesses de Angra do Heroísmo, foram, em Outubro 1936, juntamente com outros, «inaugurar» o Tarrafal, onde 36 deles deixaram a vida: 32 portugueses, 2 angolanos e 2 guineenses, para não referir os muitos que morreram pouco depois de serem libertados, devido às doenças e maus tratos que lá sofreram.

Se no Tarrafal o prémio maior era ir parar à «frigideira» (onde os presos quase, de facto, «fritavam»), em Angra o prémio era a «Poterna» e o «Calejão», este buraco com 6 metros de profundidade, extremamente húmido e inóspito, onde mesmo em pleno Verão escorria água das escadarias. E, claro, nas ditas Furnas, uma espécie de cano de pedra, onde os presos, mesmo que não coubessem, entravam à coronhada.

Era, pois, para estes «Spas» que os presos, espancados por tudo e por nada, eram levados, lá dormindo em bancos de pedra e lá permanecendo longo tempo.



Em 2015, a URAP e a CM de Angra do Heroísmo homenagearam os presos políticos



Forte de São Sebastião, o «Castelinho»



Vista aérea da Fortaleza de São João Batista



Divisa do «Castelo» relativa à ocupação espanhola de 1580-1640

Uma lápide assinala agora, no Forte de S. João Baptista, esses terríveis tempos, para que jamais sejam esquecidos.

Quando do descerramento dessa lápide, Marília Villaverde Cabral, coordenadora da URAP, lembrou alguns dos apelos dos presos: «Estamos incomunicáveis há um ano. Fomos submetidos aos maiores vexames e insultos. Não há higiene e a comida é intragável». «Toda a correspondência é violada e, quando protestamos, como aconteceu há uns meses, sufocaram-nos com um feroz espancamento e com o envio de vários de nós durante cerca de duas semanas para a 'Poterna'».

Castelo e Castelinho lhes chamavam! Que ironia! Ninguém pense, porém, que agora podemos descansar! Como se pode ver por esse mundo fora, o perigo espreita. É que os inimigos da democracia, esses, não descansam! E ninguém tenha a ingenuidade de pensar que eles cá não estão! Estão, sim, estão aqui mesmo, ao teu lado, ao nosso lado!

Por isso, perguntamos: poder-se-á já esquecer aqueles tempos, aqueles terríveis tempos e o horror que em Portugal já se viveu? Não, nunca! São tempos para lembrar, para que nunca mais regressem!

Por M. F.

AS PRISÕES POLÍTICAS DE ANGRA DO HEROÍSMO EM LIVRO A EDITAR PELA URAP

Tal como foi anunciado em 1 de Outubro de 2018, quando de uma visita de uma delegação aos Açores, a URAP, com o apoio da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, está a elaborar um livro sobre as prisões políticas outrora existentes nesta cidade da ilha Terceira que incluirá, além de uma apresentação e introdução iniciais, vários capítulos em que serão desenvolvidos os aspectos mais significativos da história dos presídios da Fortaleza de S. João Baptista e do Forte de S. Sebastião /Castelinho, procurando assim contribuir para preservar a memória desses espaços e da sua importância no contexto repressivo do regime fascista.

Os aspectos a abordar são os seguintes:

- Notícia histórica dos dois fortes, desde a sua construção no século XVII, enquanto fortalezas militares, mas também com exemplos da sua utilização como prisões político-militares, por exemplo cativeiro do rei D. Afonso VI, prisão de Gungunhana, prisioneiros alemães durante a I Guerra Mundial.

- A deportação nos Açores e as prisões políticas de Angra durante a Ditadura Militar (1926-1933) e no período dito do «Estado Novo», desde 1933 até à desactivação destas prisões em 1943.

- O quotidiano dos prisioneiros políticos, a sua organização comunitária, a repressão, descrições do Calejão, da Poterna e das Furnas, as tentativas de fuga, os carcereiros, episódios do dia-a-dia, a luta para quebrar o isolamento.

- Lista o mais completa possível, elaborada com base nas fontes impressas e de arquivo disponíveis, abrangendo mais de cinco centenas de presos, com indicação das profissões, naturalidade e data da prisão. Referência particular aos presos naturais dos Açores (estão identificados 40) e ainda 2 mulheres, por serem suspeitas de entregarem aos presos correspondência clandestina e algumas notas biográficas resumidas de presos cuja estada em Angra justifica particular destaque.

MUSEU SALAZAR?
A CADA TENTATIVA A RESPOSTA É DE LUTA



Forças políticas de extrema-direita, apologistas do ódio, do racismo e da xenofobia, e branqueadoras do fascismo, emergem em vários países do mundo como uma ameaça real à liberdade e à democracia.

Em Portugal, país que foi oprimido por meio século de ditadura fascista, as forças democráticas não podem faltar à chamada e têm de dizer não a iniciativas como a da criação de um museu alusivo a Salazar que seria uma afronta a todos os que, lutando pela liberdade, sofreram a prisão, a tortura ou o assassinato às mãos de uma ditadura que conduziu o país à miséria de que só a Revolução de Abril o libertou.

Nesse sentido, a cíclica tentativa de criar em Santa Comba Dão um local de evocação de Salazar e do fascismo (sejam estátuas, fundações, museus, ou «Centros Interpretativos» como este que agora se pretende criar) deve ser repudiada por todos os democratas porque se insere, objectivamente, numa campanha de branqueamento do fascismo, que visa apresentar o regime deposto como um normal acontecimento da nossa história, ditado pelas circunstâncias de uma época.

Entre outras iniciativas, **a URAP apresentou, em 28 de Fevereiro de 2020, na Assembleia da República (AR) uma petição, subscrita por 10.396 cidadãos**, para que se abandone o propósito de criação de um «Centro de Interpretação do Estado Novo» numa antiga escola primária/cantina com o nome do ditador, proposta pela segunda vez pela autarquia de Santa Comba Dão (a primeira foi em 2007).

Recorde-se que esta petição foi antecedida por uma carta de 204 presos políticos e por um anterior abaixo-assinado com 18.000 assinaturas entregues igualmente no parlamento.



A URAP recolheu mais de 11 assinaturas em todo o País contra o chamado «Museu Salazar»

A discussão em Plenário da AR, dia 3 de Dezembro, da Petição n.º 81/XIV/1ª, da autoria da URAP, que se seguiu à reunião da Comissão Parlamentar de Cultura e Comunicação de dia 16 de Junho, foi um enorme passo em frente no sentido de inviabilizar a pretensão da câmara.



A URAP opõe-se à criação de um local de «romagem» de saudosistas do fascismo



Em 2007, centenas de pessoas repudiaram em Santa Comba Dão a intenção de aí se homenagear Salazar

A criação do dito museu ou centro interpretativo, ainda que se diga o contrário, outra coisa não seria do que um centro de atracção «turística» para as forças saudosistas do passado, um pólo de excursionismo fascista mundial, susceptível de perturbar a paz social que hoje se vive nesta região, património-maior do nosso viver colectivo.







A petição foi entregue dia 28 de Fevereiro na Assembleia da República. A delegação, que foi recebida pelo vice-presidente da AR António Filipe, era composta pela coordenadora da URAP, Marília Villaverde Cabral, pelo membro do Conselho Directivo, José Pedro Soares, pelo presidente da Assembleia Geral, Levy Baptista, e ainda pelos subscritores do documento Almirante Martins Guerreiro, António Vilarigues, José Sucena e Madalena Santos.

CEIS20 abandona rede de centros de interpretação e Santa Comba teima no projecto

O Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX (CEIS20), da Universidade de Coimbra, anunciou em comunicado, datado de 12 de Fevereiro passado, que abandonava o projecto «Rede de Centros de Interpretação e/ou Casas-Museu de História e Memória Política da Primeira República e do Estado Novo».

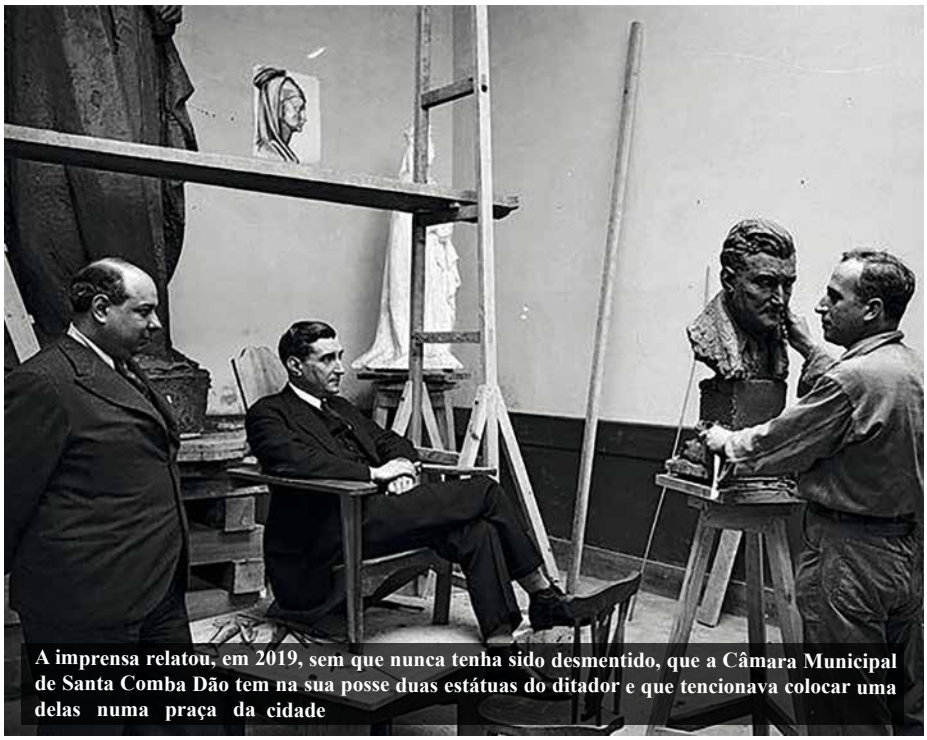
A «falta de consenso entre os parceiros» foi uma das justificações para o CEI20 ter saído do projecto, mas a luta dos portugueses que defendem a democracia e lutam pela preservação da memória do que foi o fascismo foi fundamental para esta importante decisão.

O CEIS argumentou que «com a saída da Câmara de Carregal do Sal (Centro de Interpretação do Antissemitismo e do Holocausto/Casa-Museu Aristides de Sousa Mendes), da alteração do nível de participação da Câmara de Tondela (Centro de Interpretação da Estância Sanatorial do Caramulo)» e da «não concretização dos pressupostos epistemológicos e deontológicos inicialmente enunciados, tornou-se ainda mais difícil a nossa continuidade como parceiros do projecto».

Quando tudo levava a crer que a segunda tentativa de criação de um Museu Salazar, com este ou outro nome, parecia ter sido inviabilizada, no dia seguinte, o presidente da Câmara Municipal de Santa Comba Dão garantia, também em comunicado, que a criação do Centro de Interpretação do Estado Novo «é para continuar».

Leonel Gouveia especificou que «a obra não está parada, é para ser concretizada», e que um dos espaços interiores do edifício está praticamente concluído.

Segundo um historiador do centro de estudos, foi a postura por parte das autarquias que levou o CEIS ao afastamento da rede, dando o exemplo



A imprensa relatou, em 2019, sem que nunca tenha sido desmentido, que a Câmara Municipal de Santa Comba Dão tem na sua posse duas estátuas do ditador e que tencionava colocar uma delas numa praça da cidade

da autarquia de Santa Comba que «teve dificuldade em perceber a disciplina necessária» para não cair em tentações, como o acolhimento de uma estátua em bronze e um busto de pedra de Salazar, que passaram para a guarda da autarquia em 2017.

A URAP considera que a Câmara de Santa Comba Dão sempre quis criar na terra natal de Salazar um museu para homenagear o ditador. Para o conseguir, gorada a primeira tentativa, devido ao clamor que se levantou entre os democratas, que não esquecem os 48 anos de fascismo em Portugal e todas as suas consequências, o actual presidente, Daniel Gouveia, abrigou-se sob o guarda-chuva da Rede de Centros de Interpretação de História e Memória Política da Primeira República e do Estado Novo.

Para Daniel Gouveia, o projecto vai continuar e irão encontrar outro parceiro na área científica, dado que é um «projecto considerado relevante e de interesse estratégico para o desenvolvimento da região, quer do ponto de vista turístico, mas também histórico (…)».

Para a URAP, urge agora mobilizar novamente os democratas e antifascistas, realizar mais e diferentes iniciativas para impedir que seja criado um espaço – quer se chame museu ou centro interpretativo - na terra onde nasceu o ditador.

A memória museológica que a democracia deve à ditadura é a memória de quem lhe resistiu. É o Museu da Resistência e da Liberdade, no Forte de Peniche. É o Museu do Aljube – Resistência e Liberdade, em Lisboa. É a musealização da antiga cadeia da PIDE no Porto, na Rua do Heroísmo. O espólio de Salazar digno de estudo está no Arquivo Nacional da Torre do Tombo à disposição dos investigadores.

Está em curso uma insistente campanha de branqueamento do que foi o fascismo – em Portugal e no mundo – visando apagar, numa simétrica falsificação da História, a resistência dos povos e dos que não cederam, não capitularam, e se uniram para vencer a feroz e sangrenta versão de retrocesso social que o fascismo representa. O de Salazar, como os de Hitler e Mussolini.

60 ANOS DO INÍCIO DA LUTA ARMADA NAS ANTIGAS COLÓNIAS

Há 60 anos, a 4 de Fevereiro, jovens ligados ao Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) atacaram a cadeia de S. Paulo e a Casa de Reclusão, em Luanda, visando libertar nacionalistas angolanos encarcerados pela polícia política colonialista, além de um posto da PIDE e da rádio oficial de Angola. Estavam armados com paus e catanas.

Esta acção simboliza o desencadear da luta armada de libertação nacional nas então colónias portuguesas africanas, que conduziu à independência de Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe após a Revolução dos Cravos de 1974.

Para Angola, o governo fascista português enviou milhares de soldados a partir de 1961.

Sucederam-se os massacres cometidos por colonos e pela tropa colonial, a guerra alastrou rapidamente e foram abertas várias frentes militares.

Na Guiné, o PAIGC, criado em 1956, optou pela via armada depois do massacre de Pidjiguiti (em 3 de Agosto de 1959), instalou-se em 1960 em Conacri e desencadeou a luta armada em Janeiro de 1963.

Em Moçambique, a Frelimo iniciou a luta armada em 1964, no Norte, nas províncias do Niassa e de Cabo Delgado, abrindo assim a terceira frente da guerra que o regime colonial-fascista português vai travar.

Da opressão à libertação

Durante os 13 anos de guerra (1961-1974), o colonialismo português massacrou populações com bombardeamentos aéreos indiscriminados; destruiu aldeias e plantações; prendeu, torturou e assassinou patriotas suspeitos de «terrorismo»; invadiu países independentes acusados de apoiar os guerrilheiros (Guiné-Conacri, Tanzânia, Zâmbia, entre outros); assassinou dirigentes como Eduardo Mondlane, em 1969, e Amílcar Cabral, em 1973.



A luta dos povos das antigas colónias libertou-os do jugo colonial

Em Portugal, o regime fascista de Salazar explorou e oprimiu o povo, perseguiu, prendeu e torturou democratas que combatiam a ditadura e enviou para a guerra cerca de um milhão de jovens, 10 mil dos quais morreram. Regressaram várias dezenas de milhares com traumatismos mentais e físicos.

A guerra colonial foi uma das causas próximas para o golpe levado a cabo no 25 de Abril de 1974 pelo MFA, abrindo caminho para a resolução do problema colonial, reconhecendo o direito de todos os povos à autodeterminação e independência, e para a instauração da democracia em Portugal.

Um «herói» fascista

As reacções à morte, dia 11 de Fevereiro passado, do tenente-coronel Marcelino da Mata, militar das Forças Armadas do Estado Novo, aos 80 anos, os elogios pela sua «bravura» e «heroísmo», o seu funeral a que assistiu um grande número de personalidades – mesmo em tempos de pandemia -, entre os quais o Presidente da República do Portugal democrático (não do Estado Novo), a aprovação de um voto de pesar pela Assembleia da República, suscitam grande polémica.



Desembarque de tropas coloniais portuguesas em Luanda (1962)



Soldados do MPLA carregando um companheiro ferido

Marcelino da Mata - um sargento guineense com má formação ética e moral que se alistou no exército colonial português para combater os seus irmãos que integravam o PAIGC - é autor de muitos e variados crimes, defendendo-os e vangloriando-se deles.

Participou em mais de 2.400 confrontos, entre os quais as célebres operações Tridente, Mar Verde ou Ametista Real. Incendiou palhotas matando todos os homens, mulheres e crianças; não entregou prisioneiros à PIDE, executando-os com as suas próprias mãos; atacou Conacri, capital da Guiné-Conacri, país independente.

A glorificação de Marcelino da Mata tem fins políticos que devemos combater. Marcelino da Mata era um colonialista que integrou voluntariamente o exército colonial. Marcelino da Mata era um fascista que em democracia, no pós 25 de Abril, se ligou aos movimentos de extrema-direita a fim de a derrubar.

POLÓNIA CONDENA HISTORIADORES POR INVESTIGAÇÃO SOBRE HOLOCAUSTO



Os historiadores condenados: Barbara Engelking e Jan Grabowski



Deportação de judeus do gueto de Varsóvia

Um tribunal de Varsóvia condenou os historiadores Barbara Engelking e Jan Grabowski, co-autores de uma investigação sobre o destino da população judaica em alguns distritos durante a ocupação nazi da Polónia, entre 1939 e 1945.

A investigação foi publicada no livro *Night Without End: The Fate of Jews in Selected Counties of Occupied Poland*, que analisa a forma como uma parte da população polaca tratou os judeus.

A sentença do tribunal proferida a 9 de Fevereiro passado contra Barbara Engelking, directora do Centro Polaco de Investigação do Holocausto, e Jan Grabowski, da Universidade de Otava, no Canadá, afirma que os «dois historiadores mancharam a memória de um autarca polaco» com uma investigação que revela actos de cumplicidade de polacos com nazis e que devem pedir desculpas à família.

Segundo investigadores e organizações, a actual legislação do governo nacionalista da Polónia visa apagar o papel de alguns responsáveis polacos no Holocausto e desencorajar a investigação académica nos casos de colaboração.

Barbara Engelking defendeu, no site do Centro Polaco de Investigação do Holocausto, que «o objectivo deste tipo de processos é pôr em causa a credibilidade e a competência dos acusados», assim como «provocar um efeito dissuasor, desencorajando outros investigadores a tentar conhecer e escrever a verdade sobre o Holocausto na Polónia». Para a investigadora, trata-se de «um grande perigo para a liberdade de expressão».

Este é mais um exemplo da repressão movida pela extrema-direita, na Polónia (mas também noutros países, nomeadamente no Leste da Europa), sobre as forças e ideias democráticas.

LEI DA MORDAÇA FAZ VÍTIMAS EM ESPANHA

O rapper catalão Pablo Hasel, no mês de Fevereiro, é a mais recente vítima da «Lei da Mordaça» na vizinha Espanha: a sua condenação e detenção, no mês de Fevereiro, por «injúrias à monarquia» soma-se a outras, envolvendo artistas, jornalistas, sindicalistas e utilizadores de redes sociais.

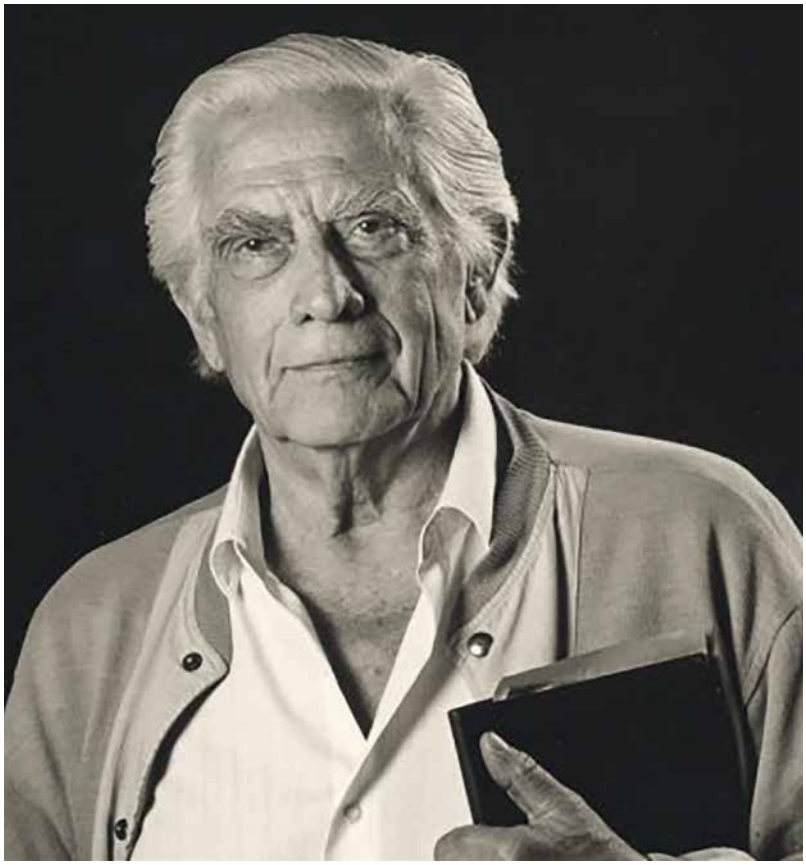
Aprovada em 2015, a «Lei de Segurança Cidadã», conhecida precisamente por «Lei da Mordaça», tem estado no centro de muitas polémicas desde a sua aprovação, pelo anterior governo do Partido Popular/ Mariano Rajoy, sobretudo no que respeita aos limites que impõe à liberdade de expressão, porventura a mais criticada das suas componentes.

Até ao momento, milhares de espanhóis foram multados (e, alguns, detidos) por «faltas de respeito e/ou consideração» por agentes da polícia. A este respeito bastará referir que dirigir-se-lhes em catalão, por exemplo, é considerado «falta de respeito». Para além da gravidade do seu articulado, muitos criticam ainda esta lei por ser arbitrária e de difícil contestação por parte dos visados.



MANUEL TIAGO E A LUTA ANTIFASCISTA EDITADOS NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

As histórias da clandestinidade de Álvaro Cunhal estão a ser publicadas nos EUA. Os editores, que acabam de publicar A Estrela de Seis Pontas, sublinham a importância literária desta obra e a sua capacidade de mostrar a humanidade em tempos terríveis.



Em ano de comemorações do centenário do Partido Comunista Português, foi recentemente traduzido para inglês e publicado nos EUA o romance *Estrela de Seis Pontas,* de Manuel Tiago, pseudónimo literário de Álvaro Cunhal. É o segundo romance, do autor, publicado numa série que começou com *Cinco Dias, Cinco Noites*, continuará com os restantes livros, e que pretende encerrar com a publicação de *Até Amanhã, Camaradas.*

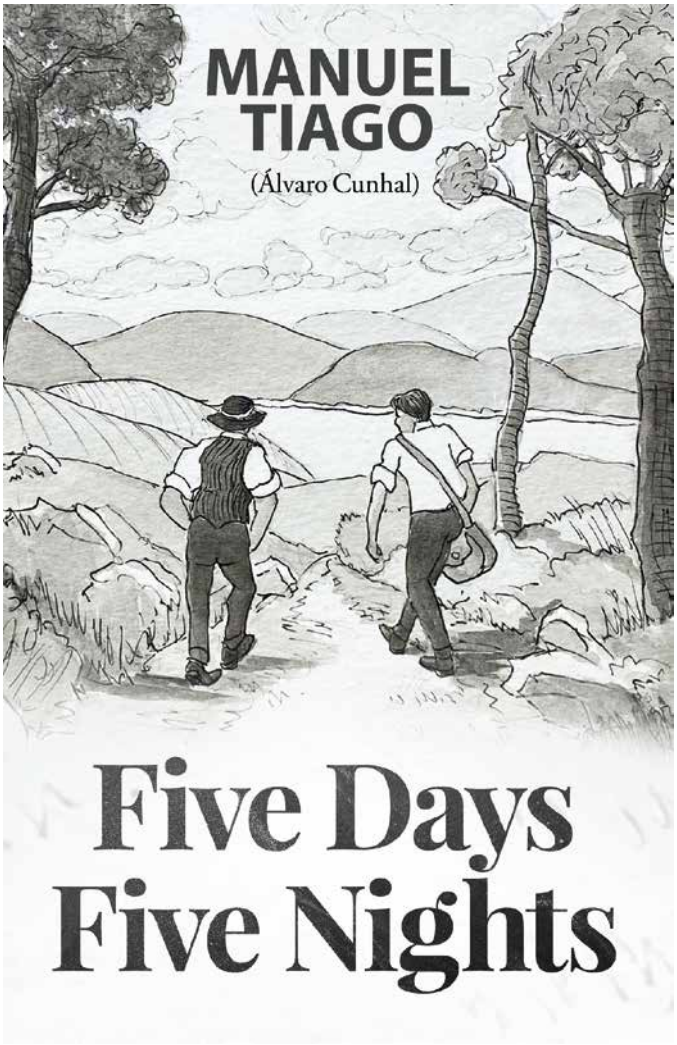
O responsável dessa autêntica odisseia é Eric A. Gordon, editor da secção de cultura do site informativo *People's World*, herdeiro do mítico jornal comunista publicado em Nova Iorque, a partir de 1924, *The Daily Worker*. Um jornal em que colaboraram nomes relevantes da cultura norte-americana, como o músico Woody Guthrie, e que no seu auge atingiu uma circulação de mais de 35 mil exemplares por dia.

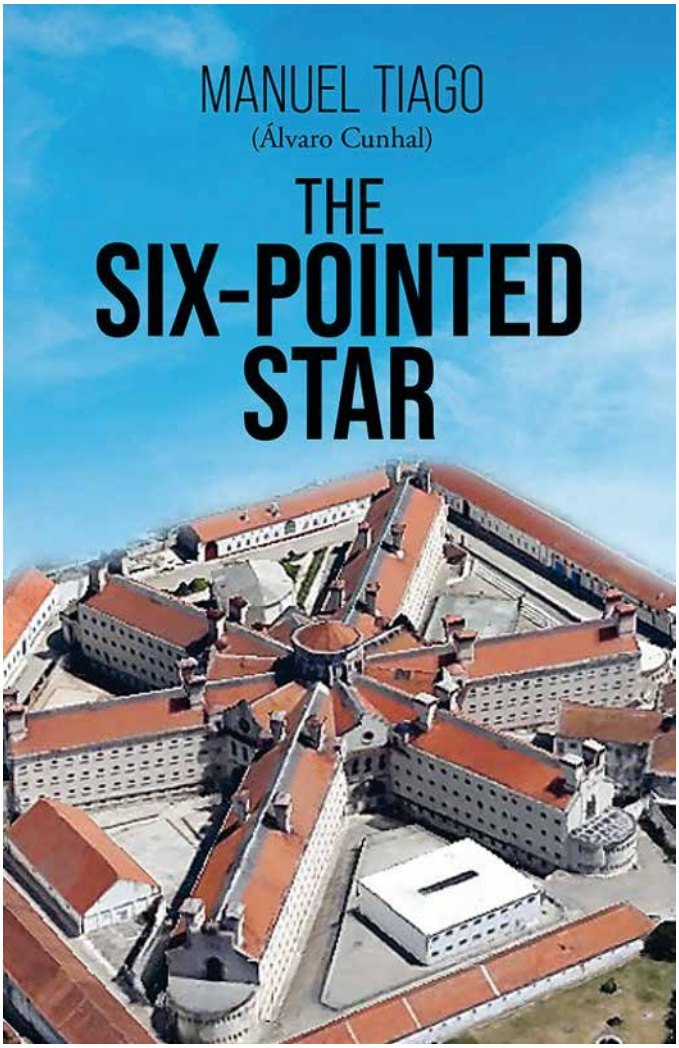
A publicação de *Cinco Dias, Cinco Noites* foi um sucesso, segundo o seu tradutor, tanto a nível de críticas, como de vendas. «O primeiro livro saiu bastante bem em termos de vendas. Durante várias semanas, a *International Publishers* (IP) tinha-o na sua lista dos três livros mais vendidos. As críticas foram boas e recebi muitos comentários favoráveis de leitores por parte de amigos. Publicamos primeiro *Cinco Dias, Cinco Noites*, porque os editores sabiam que tinha sido um dos títulos mais populares de Manuel Tiago e que deveria encontrar um público igualmente receptivo aqui nos EUA», informa Gordon numa entrevista ao *People's World*.

O tradutor considera que o novo romance agora traduzido, *A Estrela de Seis Pontas*, é «uma das obras de ficção mais memoráveis da literatura mundial sobre a prisão. Faz uma composição de géneros bastante brilhante, aqui se misturam romance, memórias e uma antologia de histórias, com pequenos retratos marcantes de personagens que se poderiam encontrar numa prisão portuguesa de alta segurança nos tempos do fascismo, e as suas interacções, tanto entre si, como com o mundo exterior».

Para o tradutor, a grande riqueza do livro é mostrar a situação prisional durante a ditadura, tendo a capacidade de revelar a vida das pessoas que compõem uma cadeia e no meio desse ambiente terrível, mostrar que resiste a humanidade. «O principal vilão da história é, evidentemente, o próprio sistema fascista. No livro, há uma espécie de sensibilidade negra [noir, em francês no original, referência ao romance negro] que não hesita em revelar o tédio metálico e ruidoso da vida prisional inútil, nem em contar alguns contos verdadeiramente horríveis, mesmo *voyeurísticos*, do ´verdadeiro crime´. Mas estamos perante um escritor comunista. Quase por definição, não pode ser considerado alguém que se entrega ao desespero. Através de tudo isto, vemos carinho, amizade, sacrifício, compaixão, inteligência, amor, resistência política, uma curiosidade apaixonada sobre o mundo, mesmo uma espécie de bondade, e todas as outras qualidades que tornam os humanos humanos. A prisão em si não consegue anular a humanidade de uma pessoa. Esta pode ser por si só a mensagem mais importante do livro.»

Gordon considera que apesar de na vida de Álvaro Cunhal a escrita de ficção ter ocupado uma parte muito pequena





numa existência muito ocupada, e apesar de parte dos seus romances terem sido escritos nas difíceis condições da prisão, esses livros mostram uma obra de «um escritor importante. Manuel Tiago é desigual na sua obra e por vezes não se concentra em desenvolver plenamente os seus personagens. Mas em vários livros, como *Cinco Dias, Cinco Noites*, mostra uma grande mestria nesse campo». O tradutor sublinha que ele ultrapassa muitas vezes o cânone das fórmulas do realismo socialista, com líderes proletários justos e heróicos, para mergulhar na riqueza e diversidade da humanidade. «Na maioria dos casos, mostra um profundo conhecimento do carácter humano, com todas as nossas fraquezas» e capacidades de nos transcendermos.

Para Michael Berkowitz, que assina uma recensão no *People's World*, esta capacidade de mostrar o humano para além da aparência está muito bem espelhada em *Cinco Dias, Cinco Noites*. «Cunhal é um narrador astuto das suas histórias. Se André é um jovem impaciente, será ele talvez demasiado ingénuo e impetuoso para o seu próprio bem? E se Lambaça é tão rude e imoral, por que é que se dá ao trabalho de levar este jovem rebelde para fora da fronteira com tanto risco?»

«O livro esforça-se por detalhar aspectos das vidas modestas ao longo da fronteira. Os contrabandistas, prostitutas vulneráveis, pastores e aldeões constituem grupos de pessoas reprimidas no Portugal fascista. Cunhal não coloca propositadamente as suas personagens num lugar ou tempo demasiado específico. Mas a fronteira representa claramente a esperança e a possibilidade de mudança», diz Berkowitz.

É esta capacidade de retratar as pessoas para além das aparências, e fazer o humano transcender que realça outra crítica na conhecida publicação socialista norte-americana *Monthly Review* sobre a obra. «Apesar das condições difíceis em que o livro foi escrito por Álvaro Cunhal, neste período particular da história portuguesa», *Cinco Dias, Cinco Noites* surpreende porque «é desprovido do discurso político pomposo por vezes encontrado na ficção política, a novela consegue captar as complexidades, solidão e bravura das pessoas comuns, e destaca como encontramos formas de olhar uns pelos outros apesar das barreiras erguidas pela sociedade».

Nuno Ramos de Almeida, jornalista

URAP DESENVOLVE INTENSA ACTIVIDADE ANTIFASCISTA

Como todos os anos sucede, também ano a URAP realizará **colóquios em escolas** - por vídeo-conferência ou, se possível, presencialmente - sobre a Revolução de Abril, a luta antifascista, a construção e defesa da democracia. Estas importantes iniciativas, que costumam envolver largas centenas de estudantes e professores, decorrem ao longo dos meses de Março e Abril.

A URAP comemorará os 46 anos da Revolução de Abril, em moldes que ainda estão por definir em cada um dos locais. O aniversário da **libertação dos presos políticos** do Forte de Peniche será celebrada, em data a definir, junto à Fortaleza.

O **aniversário da URAP**, que se assinala a 30 de Abril, será objecto de iniciativas descentralizadas em datas a anunciar brevemente. Perspectiva-se que estas acções venham a ter lugar em Lisboa, Porto, Setúbal, Aveiro, Évora e Beja. **O 1.º de Maio** será, como sempre, assinalado com a CGTP-IN, em Lisboa e noutras cidades. A URAP procurará marcar presença na Alameda D. Afonso Henriques com uma banca que inclui uma exposição e venda de materiais e livros. A 15 de Maio será prestada uma homenagem da URAP aos **100 anos do PCP** como maior partido de resistentes antifascistas em Portugal.

HOMENAGEM TARRAFALISTAS

A URAP homenageou, a 27 de Fevereiro, os resistentes antifascistas assassinados no campo de concentração do Tarrafal junto ao monumento em sua memória no cemitério do Alto de São João, em Lisboa. Intervieram, na ocasião, os membros da URAP Ana Pato e Adelino Pereira da Silva (este último também antigo preso político) e a actriz Marina Albuquerque



ASSEMBLEIA-GERAL ELECTIVA DA URAP A 10 DE ABRIL

A Assembleia-Geral (AG) da URAP vai reunir-se, dia 10 de Abril, em Lisboa, para apreciar e votar o Relatório de Actividades e o Relatório de Contas de 2020, votar o Plano de Actividades para o ano em curso, e eleger os órgãos sociais para o biénio 2021/2023.

Entretanto, estava agendada para dia 19 de Março (já depois do fecho desta edição) uma reunião do Conselho Nacional.

NOVAS EDIÇÕES

Entretanto, estão em preparação a edição de novos livros pela URAP, tendo como objectivo dar a conhecer a realidade do fascismo em Portugal e o percurso, abnegação e coragem dos que lhe resistiram.

«Elas estiveram nas cadeias do fascismo» é uma dessas edições, em fase avançada de preparação, que aborda a realidade das mulheres presas nas diversas cadeias do fascismo, cujo número se aproximará das 2000. Outro livro centra-se na cadeia de Caxias, a sua história e os nomes dos que lá estiveram encarcerados.

APELO AOS SÓCIOS E AMIGOS DA URAP

A URAP renova aos sócios e amigos um apelo para o pagamento das quotas em atraso e do ano que agora se iniciou, e sugere ainda uma «contribuição especial» para fazer face, neste período de pandemia da COVID-19, às dificuldades que a organização atravessa por não poder levar a cabo algumas das suas habituais actividades.

Contamos com a solidariedade de todos!

Formas de pagamento:

- **através do NIB 0007 0021 0014 3750 0065 3**

ou

- **directamente na sede e junto dos responsáveis dos núcleos**



WWW.**URAP**.PT

www.facebook.com/**uniaoderesistentesantifascistasportugueses**